
Independência Participações S.A.

*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente*



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Independência Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Independência Participações S.A. ("Companhia" ou "Indepar"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Independência Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Independência Participações S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Independência Participações S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 4 de fevereiro de 2022

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
(atual denominação da PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes)
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Vinicius Ferreira Britto Rego'.

Vinicius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

ATIVOS	Nota explicativa	2021	2020	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2021	2020
CIRCULANTES		105	310	CIRCULANTES		-	263
Caixa e equivalentes de caixa	3	93	53	Outras obrigações	5	-	263
Outros créditos		12	12				
Dividendos a receber	4	-	245	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.361	27.416
NÃO CIRCULANTES		28.256	27.369	Capital social	6	34.379	34.379
Investimentos	4	28.256	27.369	Reservas de lucros		629	582
				Prejuízos acumulados		(6.647)	(7.545)
TOTAL DOS ATIVOS		28.361	27.679	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.361	27.679

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2021	2020
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Resultado com equivalência patrimonial	4	887	1.719
Despesas administrativas	7	(50)	(63)
Despesas tributárias	7	(3)	(3)
Outras receitas (despesas) operacionais	7	110	(263)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		944	1.390
Receitas financeiras		4	3
Despesas financeiras		(3)	(1)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		945	1.392
Lucro líquido por ações do capital social - R\$		<u>0,03</u>	<u>0,04</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	945	1.392
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>945</u>	<u>1.392</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	<u>Nota explicativa</u>	<u>CAPITAL SOCIAL</u>	<u>RESERVA LEGAL</u>	<u>PREJUÍZOS ACUMULADOS</u>	<u>TOTAL</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		34.379	512	(8.867)	26.024
Lucro líquido do exercício		-	-	1.392	1.392
Constituição de reserva legal	6	-	70	(70)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		34.379	582	(7.545)	27.416
Lucro líquido do exercício		-	-	945	945
Constituição de reserva legal	6	-	47	(47)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		34.379	629	(6.647)	28.361

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Lucro líquido do exercício		945	1.392
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Resultado com equivalência patrimonial	4	(887)	(1.719)
Variações nos passivos e ativos operacionais			
Obrigações tributárias		-	(18)
Outras obrigações		(263)	(14)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(205)	(359)
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Dividendos recebidos		245	207
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		245	207
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		40	(152)
No início do exercício	3	53	205
No fim do exercício	3	93	53
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		40	(152)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Independência Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 1^a de novembro de 2010 e registrada em 29 de dezembro de 2010 na Junta Comercial do Estado de Pernambuco - JUCEPE.

A Companhia tem como objeto social exclusivo a participação como sócia ou acionista em instituições financeiras ou sociedades equiparadas para os efeitos da legislação em vigor.

O principal objetivo de mercado da Companhia é atuar como Holding Financeira da Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A. ("Finsol SCM EPP S.A."), que atua no Mercado Financeiro Brasileiro sob as diretrizes da Lei nº 10.194/01.

A Finsol SCM EPP S.A. foi constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado em 28 de maio de 2013 e obteve autorização para funcionamento junto ao Banco Central do Brasil em 8 de agosto de 2013. Seu principal objetivo social é a concessão de microcrédito às pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte no desempenho das atividades relativas ao seu objeto social.

A Finsol SCM EPP S.A., sediada em Recife-PE, iniciou sua operação com microcrédito em 1^o de fevereiro de 2014 e possui atualmente 28 unidades de atendimento em 5 estados na região Nordeste.

A Companhia detém 100,00% do capital social da Finsol SCM EPP S.A. e é controlada pela Financiera Independencia, empresa que atua no mercado financeiro mexicano.

Em 30 de setembro de 2021, a Financiera Independencia assinou acordo de intenção de venda da totalizada de suas ações no capital social da Companhia com a empresa OMNI S.A. que atua no mercado financeiro brasileiro. A operação encontra-se em processo de avaliação e aprovação junto a autoridade monetária brasileira. A expectativa é de que a autorização da venda seja confirmada no segundo semestre de 2022.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em função da sua exclusiva atuação em atividade de holding financeira de entidade regulada pelo BACEN. Essas práticas contábeis não requerem a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, e, como requerido pelo BACEN, consideram as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos os pronunciamentos foram homologados pelo Banco Central do Brasil. Dentre os pronunciamentos homologados pela BACEN, aqueles aplicáveis à Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras estão apresentados abaixo:

- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução Nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC (Resolução Nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (Resolução Nº 4.534, de 24.11.2016, do CMN);
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução Nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 - Eventos Subsequentes (Resolução Nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 27 - Ativo Imobilizado (Resolução Nº 4.535, de 24.11.2016, do CMN);
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (Resolução Nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN);
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (Resolução Nº 4.748, de 29.08.2019, do CMN).

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas emitidas pelo CMN mas que ainda não estão em vigor para o exercício de 2021, e que são aplicáveis à Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras, estão apresentados abaixo:

- Resolução CMN 4.858 de 23/10/20 - Dispõe sobre o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução CMN 4.872 de 27/11/20 - Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

- Resolução CMN 4.910 de 27/05/21 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução CMN 4.968 de 25/11/21 - Dispõe sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução CMN 4.924 de 24/06/21 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução CMN 4.911 de 27/05/21 - Dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e remessa de documentos contábeis ao Banco Central do Brasil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução CMN 4.966 de 25/11/21 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Resolução Nº 4.924, de 24.06.2021, do CMN)
- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (Resolução Nº 4.924, de 24.06.2021, do CMN)

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são:

2.3. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes:

- (a) Ativos contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- (b) Passivos contingentes: São provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos trabalhistas, cíveis e fiscais são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes considerados com probabilidade de perda remota não são provisionados nem divulgados.

2.7. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com as normas do BACEN, nos termos da Resolução nº 4.818/20, nos exercícios de 2021 e 2020, a Companhia não é requerida a apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

2.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime de lucro real, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido contábil à alíquota de 9% do lucro real.

2.9. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia se baseie em estimativas, para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras se referem ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

(a) Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia avalia a existência de processos judiciais e administrativos periodicamente. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não era parte passiva em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis ou fiscais.

2.10. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável anualmente, ou ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

Durante os exercícios de 2021 e 2020 não foram identificados indicativos de redução ao valor recuperável de ativos.

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos	7	7
Aplicações financeiras	86	46
Total	<u>93</u>	<u>53</u>

As aplicações financeiras são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Essas aplicações financeiras estão representadas por certificados de depósitos bancários remunerados ao CDI, que podem ser negociados a qualquer momento sem ônus para a Companhia.

4. INVESTIMENTOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Finsol SCM EPP S.A.	<u>28.256</u>	<u>27.369</u>

A movimentação do investimento está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	25.895
Equivalência patrimonial	1.719
Dividendos a receber	(245)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>27.369</u>
Equivalência patrimonial	887
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>28.256</u>

As principais informações do investimento na controlada Finsol SCM EPP S.A. estão apresentadas a seguir:

<u>Finsol SCM EPP S.A.</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Capital social	19.000	19.000
Número de ações	19.000.000	19.000.000
Participação no capital social	100%	100%
Patrimônio líquido	28.256	27.369
Lucro líquido do exercício	887	1.719

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

5. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/12/2020</u>
Bonificação a Diretoria	219
INSS a pagar	<u>44</u>
Total	<u><u>263</u></u>

Refere-se a provisão do pagamento da bonificação da Diretoria e da contribuição previdenciária incidente em função dos resultados apurados. Com a revisão dos critérios de desempenho, a provisão do exercício de 2020 foi parcialmente paga, sendo a diferença revertida contra o resultado do exercício. Não houve provisão de pagamento de bonificação para a Diretoria para o exercício de 2021

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 34.379, representado por 34.378.969 ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

Os lucros líquidos, quando existentes terão a destinação que lhes for designada *ad referendum* da Assembleia Geral, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Por meio de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de dezembro de 2021 e 2020, ficou definido que o lucro líquido dos referidos exercícios, respectivamente, depois da constituição da reserva legal, será integralmente destinado à compensação de prejuízos acumulados.

A conciliação da destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 segue abaixo apresentada:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	945	1.392
(-) Reserva legal - 5%	<u>(47)</u>	<u>(70)</u>
Compensação de prejuízos acumulados	<u><u>898</u></u>	<u><u>1.322</u></u>

INDEPENDÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

7. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão de bonificação da diretoria (*)	110	(263)
Taxas, impostos e contribuições	(3)	(3)
Outras	<u>(50)</u>	<u>(63)</u>
Total	<u>57</u>	<u>(329)</u>
Classificadas como:		
Despesas administrativas	(50)	(63)
Despesas tributárias	(3)	(3)
Outras despesas (receitas) operacionais (*)	<u>110</u>	<u>(263)</u>
Total	<u>57</u>	<u>(329)</u>

(*) Da provisão para bonificação da diretoria feita em 31/12/2020, R\$ 153 foi efetivamente pago, sendo R\$ 128 a título de bonificação e R\$ 25 a título de INSS, e R\$ 110 foi revertido no exercício de 2021. Adicionalmente, não houve provisionamento de bonificação para o exercício corrente.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Durante o exercício de 2020, a Administração foi remunerada com o pagamento da bonificação no montante de R\$ 128 (2019: R\$ 219).

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações da Companhia resumem-se às aplicações financeiras indexadas ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), sujeitas a uma baixa exposição a riscos e a um insignificante risco de mudança de valor.

9. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 4 de fevereiro de 2022.